



O novo norte paranaense: as transformações do espaço sob a tutela da ética aquisitiva

José Roberto Nunes de Azevedo*

Tulio Barbosa**

Resumo: No presente artigo apresentamos e discutimos o Novo Norte do Paraná (ou Norte Central) a partir de suas transformações espaciais realizada por meio dos interesses do capital internacional, principalmente o inglês, os quais investiram na formação de núcleos urbanos, comercialização de propriedades rurais, construção de ferrovias somada à possibilidade de ampliação das áreas de influências econômicas e políticas. O tema oferece a oportunidade para refletirmos quanto à formação da região do Novo Norte do Paraná por meio de uma leitura geográfica crítica que insere a referida região num plano mais amplo de atuação das elites econômicas européias; assim, as transformações no/do espaço são compreendidas a partir da relação do capital na agricultura por meio de mecanismos que para se fortalecerem e se firmarem usaram investimentos materiais e também construíram ideologicamente uma rede de argumentos que justificavam seus empreendimentos como extremamente necessários para a população em geral, uma vez que o Estado apoiou os investimentos e construiu um plano de ação para que esses fossem realizados com sucesso. Essa lógica capitalista é ainda sustentada e a organização da região passa pela submissão dos trabalhadores às necessidades da burguesia regional e internacional; assim, apresentamos as Vilas Rurais como exemplo mais recente destes jogos políticos e econômicos sob a edificação ideológica de uma ética aquisitiva.

* Doutorando em Geografia pelo PPG da FCT-UNESP. Bolsista FAPESP

** Prof. Dr. em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia

Palavras-chave:

transformações espaciais;
investimentos estrangeiros;
formação de região

Key-Words:

spatial transformations; foreign investments; formation of the region

The new north of the Paraná: the spatial transformations under the protection of purchasing ethics

Abstract: This paper presents and discuss the New North of the Paraná (or North Central) from their spatial transformations that occurred through the interests of international capital, especially English, which invested in the formation of urban centers, marketing of rural properties, railway construction plus the possibility of expanding the areas of economic influences and even politics. The theme offers the opportunity to reflect on the formation of the New North region of Paraná through a critical reading that enters the geographic region that a more comprehensive plan of action of the European economic elites, so the transformations of space are understood from the ratio of capital in agriculture with its many mechanisms to strengthen themselves and take hold of used capital investment and also built a network of ideological arguments to justify such investments as critical for the general population, since the state has supported investments and constructed an action plan for the developments that were successfully performed. This logic is still sustained and capitalist organization of the region passes through the submission of workers to the needs of regional and international bourgeoisie, so we present the Rural Villages as more recent example of these political games and economic ideology in the building of an ethical purchase

Introdução

*Confira
tudo que
respira
conspira*

Paulo Leminski, poeta paranaense

Centramos os objetivos deste trabalho na relação da produção de espacialidades vinculadas ao processo histórico de dominação das relações de produção fundamentadas sobre os valores de uso e de troca da propriedade rural. A herança das imposições dos especuladores europeus no Novo Norte do Paraná auspiciou as relações de produção e a organização espacial desde a década de 1920 repercutindo ainda hoje na estrutura hierarquizada e engessada do norte paranaense. Essa herança culminou no conservadorismo das políticas públicas voltadas ao acesso as propriedades rurais pelos agricultores sem-terra; assim, os impeditivos legais foram maquiados por programas ineficientes do governo paranaense como o Programa Vilas Rurais de 1995.

As transformações espaciais, sociais e econômicas ocorridas no Novo Norte do Estado do Paraná ou também chamado de Norte Central Paranaense no início do século XX foram majoritariamente causadas pela migração espontânea, por vendas empreendidas por especuladores não associados a grandes corporações. Somente a partir da década de 1920 é que as grandes empresas incorporadoras atuaram de forma mais agressiva e reorganizaram o espaço norte paranaense com objetivo único de obter lucros, todavia os discursos legitimadores destas ações comerciais foram além do lucro, isto é, ideologicamente a grande justificativa para a “ocupação” e parcelamento das propriedades rurais e a criação de propriedades urbanas era o povoamento do norte paranaense, pois tal discurso agradava ao Estado, aos empresários e a população. Todavia, as práticas tiveram como base o conservadorismo do capitalismo exploratório.

Desta forma, faz-se urgente compreendermos o processo de ocupação, povoamento e comercialização desta área, já que tais elementos revelam-nos a origem de inúmeras mazelas sociais e econômicas oriundas da concentração de terras e renda. Também apresentamos o processo incorporador de terras como não pacífico e repleto de contradições as quais promoveram inúmeros problemas sociais associados à repressão violenta dos grupos dominantes.

Os aspectos da violência visível no processo incorporador do norte paranaense são ideologicamente camuflados e os fatos distorcidos ao não levarmos em consideração tais aspectos, pois a organização espacial e a funcionalidade na lógica capitalista foram fundadas na plena exploração e na concentração de riquezas. O discurso dominante, apoiado na chamada ética aquisitiva (THOMPSON, 2001), substituiu o conceito exploração para colonização, desta forma, amenizou o impacto com o qual se justificava tais investimentos.

Se num primeiro momento as companhias incorporadoras no norte paranaense optaram por desmembramentos menores das terras, não foi objetivando nenhuma reforma agrária ou justificativa que pudesse ser dada por palavras ligadas a justiça e igualdade foram meramente para justificar investimentos do Estado nesta região, pois se a mesma apresentasse índices adequados de povoamento, o Estado poderia investir na construção de rodovias, de infra-estrutura e entrepostos que colaborariam para o escoamento da produção agrícola dos grandes produtores. Ao mesmo tempo em que o povoamento consorciado com as grandes

propriedades rurais forneceria mão-de-obra e certamente seriam áreas de influências eleitorais.

O processo de ocupação das terras do Norte do Paraná foi realizado objetivando o fortalecimento da classe ruralista, ao mesmo tempo em que os núcleos desta “colonização” foram materializados na fundação de cidades e de patrimônios urbanos visando o desenvolvimento de mercado consumidor e a fixação de uma elite econômica nesta região.

A herança desta lógica incorporadora preservou no Estado do Paraná o conservadorismo e os conflitos rurais existentes nas décadas seguintes foram resultados diretos desta cosmovisão. Também frisamos que projetos políticos atuais como as Vilas Rurais, partem de pressupostos conservadores e não solucionam os problemas de décadas da população pobre rural. Assim, são também nossos objetivos no presente trabalho a contextualização histórica do norte paranaense e a implantação das Vilas Rurais discutidos pela ótica marxista.

As transformações espaciais no novo norte (ou norte central) do Paraná

*“Outrora apenas panorama
De campos ermos e florestas
Vibra agora a tua fama
Pelos clarins das grandes festas”.*

Trecho da Letra do Hino do Paraná

O Hino do Paraná apresenta-nos as transformações do Estado que ocorreram desde o início do século XX, oficialmente o Hino foi promulgado pelo decreto-lei estadual nº 2.457 no dia 31 de março de 1947. Ao mesmo tempo em que nos apresenta as transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais, compactua com essas transformações saudando-as como reformadoras de um Estado selvagem, no qual a civilização chegou para modificá-lo; assim, os clarins nas grandes festas são exaltados, todavia “esquecem” na letra e na História Oficial, dos camponeses, dos imigrantes pobres, dos indígenas, dos vitimizados pelo perverso processo de ocupação das terras do Paraná e a quantidade de sangue derramado em todo o Estado.

O Norte do Paraná não foi diferente, quanto à violência com os trabalhadores, a predominância do capital especulativo e a força das armas deram contornos significativos para que a predominância da nova configuração espacial, com suas respectivas funções exploratórias, abastecessem futuramente mercados internacionais e garantissem, naquele momento, a soberania do conservadorismo da classe burguesa nacional. Desta forma, segundo Silva (1985, 38-39) é fundamental para compreender o desenvolvimento do capitalismo num país:

“[...] pôr em evidência e examinar as suas contradições particulares, sem perder de vista, é claro, que esse desenvolvimento faz parte do capitalismo internacional (o que determina inclusive as especificidades desse desenvolvimento)”.

Desta maneira, a dinâmica sócio-espacial do norte paranaense foi organizada a partir dos princípios éticos aquisitivos, ou seja, o planejamento regional e suas interações de produção, consumo e mercado foram o ponto nevrálgico deste; assim, a prioridade na constituição da região norte paranaense vinculava-se aos ditames do mercado externo em consórcio com a elite conservadora nacional, como resultado a organização espacial voltada para os interesses especulativos do capital justificados pela ética aquisitiva capitalista. Frisamos que a constituição da espacialidade norte paranaense foi resultada das transformações materiais e imateriais, uma vez que o discurso ideológico promoveu a formação e a identidade regional.

Diante disso, entendemos que o discurso hegemônico capitalista homogeneiza os processos de povoamento e ocupação em todo o território nacional; assim, o norte do Paraná

não foi diferente, os discursos oficiais negligenciam a territorialização dos povos indígenas habitantes desta porção do espaço por muitos séculos. Também o discurso privilegia o branco pertencente à elite econômica dominante, como se os mesmos ao investirem nestas terras estivessem exercendo, in natura, o heroísmo. Deste modo, as palavras pioneirismo e colonização são, grosso modo, “sinônimos” de potencialidade latente manifestas nas ações econômicas especulativas desta região.

O imaginário da população norte paranaense, por meio de décadas do ensino formal praticado nas escolas paranaenses, gravita nesta insistente a ideológica consumação do conceito pioneiro e colonizador como renovadores de uma paisagem grotesca e primitiva, que ao tecerem tais investimentos proporcionaram a constituição de uma região propriamente dita. Os investimentos realizados pelo setor privado em consórcio com as facilidades do Estado promoveram o povoamento e, ousamos dizer, a fundação da região do Norte do Paraná, já que anterior a esses desdobramentos relacionados aos investimentos diretos e indiretos essa porção do Estado paranaense não se configurava como tal, pois a mesma era fitada como lugar ermo, distante, despovoado e incapaz de gerar desenvolvimentos.

Com os investimentos, iniciais do capital internacional, somados ao direcionamento do planejamento intervencionista estatal por meio do direcionamento do capital privado, a porção do Estado paranaense passou a ser considerada, segundo os ditames conceituais capitalista, uma região. Em outras palavras, a região funcionalista vista estruturalmente somente teve sua origem na especulação econômica, pois a mesma passa a ser definida e nomeada como região do Norte Novo, a funcionalidade apresentada à população pelos meios midiáticos da época definiu a sistematização de uma ideia materializada nas transformações paisagísticas, econômicas, políticas e sociais.

A identidade regional tornou válido o processo ideológico capitaneado pelos investimentos e especulações do capital internacional e, posteriormente, nacional. O discurso regionalista que culminou na construção de uma cultura in loco fomentou a constituição de uma identidade regional forjada a partir dos interesses da elite econômica e ideológica.

A construção ideológica fundadora da região Norte do Paraná (principalmente o Novo Norte) teve influências e direcionamento a partir das propagandas veiculadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), durante as décadas de 1930 a 1950, nos principais jornais do país e também inúmeros folhetos distribuídos em várias cidades da região norte de Minas Gerais e alguns estados como Bahia e Pernambuco.

Conforme Santos e Molina (s.d) as propagandas da CTNP tinham como centralidade atrair inúmeros compradores através da ideológica colonização pacífica, ordeira, terra próspera e de oportunidades. Destacamos o panfleto, veiculado em jornais e também distribuídos avulsamente na década de 1940, que se encontra em anexo no trabalho de Santos e Molina (s.d), o qual aponta o Norte do Paraná como o verdadeiro paraíso terrestre: “Sinta a Alegria de Viver e Prospere no Norte do Paraná”

Em entrevistas¹ realizadas pelos autores, entre 2002 a 2003, para comporem material histórico para reconstituição do processo de ocupação no Norte do Paraná e Oeste Paulista identificamos dois senhores, moradores da cidade de Porecatu a mais de 50 anos, sendo o senhor C.M , atualmente ele reside em Londrina, e o senhor F. R (faleceu em 2010).

Como informou-nos o senhor C.M, natural do Estado de Pernambuco, ele já era casado e tinha três filhos, era dono de uma pequena propriedade, recebeu em suas mãos um folheto que, segundo ele, informava que o Norte do Paraná era a terra da prosperidade. Alguns parentes seus haviam migrado para o Paraná e receberam cartas, segundo ele, mentirosas dizendo que no Paraná o “dinheiro era ajuntado a rodo”. O senhor C. M² disse-nos que seus parentes assim procederam por terem vergonha de dizer que estavam trabalhando na lavoura e ganhavam insuficiente para sua manutenção. Iludidos pela propaganda, que iludiram inicialmente alguns parentes, e depois o senhor C. M e família foram para o Norte do Paraná onde sofreram

1- Objetivávamos, de forma independente, escrever a História local do Norte Paranaense e do Oeste Paulista por meio da reconstituição das memórias dos trabalhadores, de fato, o projeto colheu poucas entrevistas e documentos, pois o mesmo foi interrompido em 2003 por decisão dos próprios pesquisadores.

2- Preferimos não revelar os nomes dos mesmos por não termos autorização da família, pois um encontra-se em idade bem avançada e o outro faleceu no ano de 2010

inúmeras privações, humilhações e empobreceram ainda mais.

O senhor F. R era profissional liberal em Salvador, Estado da Bahia, exercia a profissão de alfaiate, quando lendo jornal viu uma notícia que no Paraná a prosperidade “corria como rios”. Também era casado e tinha uma filha, resolveu mudar pouco tempo depois de ouvir de muitos amigos que outras pessoas prosperaram no Paraná. O senhor F. R teve relativo sucesso, pois seus serviços eram bastante solicitados, todavia apresentou-nos um quadro degradante das condições de vida e sublinhou diversas vezes a censura política pela força.

Estes brevíssimos relatos apresentados aqui evidenciam o que de fato era o Norte do Paraná, isto é, a prosperidade prometida era um aparato propagandista que ideologicamente forjou a identidade e, grosso modo, a própria região do Novo Norte Paranaense.

Historicamente o processo de ocupação, segundo Müller (2001), destaca que esta porção do Paraná após ser ocupado inicialmente pelos jesuítas no início do século XVII, ficou a margem do processo de colonização durante o século XVIII, de modo que somente em meados do século XIX através da fundação de algumas colônias tais como a Colônia Militar de Jataí e aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra retomou a colonização. Todavia, é justamente com o avanço dos cafezais paulistas a partir de 1862 que esta área é definitivamente povoada, tendo intensificado o povoamento a partir da década de 1940.

O Norte do Paraná apresenta uma trajetória peculiar em relação às demais porções do país na medida em que passou por um processo de povoamento orientado pelos interesses capitalistas internacionais representados no país pela ação conjunta entre o Estado e a Companhia de Terras Norte do Paraná³, somado ao planejamento regional estatal com viés mercadológico, ou seja, esta porção do território brasileiro teve sua economia voltada para o mercado internacional. Também frisamos outro diferencial deste processo: o povoamento era a primeira etapa de um processo longo de drenagem econômica e especulação fundiária que resultou na fundação de vários municípios e o estabelecimento da especulação urbana nas cidades decorrentes deste processo, isto é, a justificativa do Estado em associação à empresa estrangeira para povoamento era na verdade uma associação classista que repudiava a população pobre e sistematizou uma rotina de lucros para serem colhidos (e foram) em décadas.

A Companhia de Terras Norte do Paraná por sua vez adquiriu do Estado uma extensa área de 544.017 alqueires a preços irrisórios sendo que promoveu o loteamento das terras, predominantemente a partir de lotes de reduzida extensão. Segundo Padis (1981), o baixo preço das terras e a facilidade nas condições de pagamento possibilitadas pelos agentes imobiliários permitiram intenso fluxo migratório para região. Tratava-se de um empreendimento que demandava volume de capital modesto com base essencialmente no trabalho familiar.

Conforme ressalta Padis (1981) apesar de se desenvolver na área uma série de culturas tais como: algodão, milho, feijão e arroz destacou-se imensamente no Norte Paranaense a cultura cafeeira, a qual encontrou condições edáficas propícias para expansão desse cultivo⁴.

Os investimentos ingleses no Novo Norte paranaense foram uma resposta direta a crise de 1929, pois as expansões dos negócios ingleses eram de vital importância para o aumento das taxas de lucros e respaldavam maior segurança por expandirem suas atividades econômicas e comerciais. Também é importante lembrarmos que os investimentos ingleses já somavam no país “montantes” consideráveis principalmente, nas construções das ferrovias (CASTRO, 1976), já que:

As estradas de ferro constituem uma síntese do capital externo e das necessidades da acumulação interna. Para a Inglaterra implica no barateamento de matérias-primas e alimentos, alarga o campo de investimentos internos e externos e amplia, em particular, o fluxo de exportações de equipamentos e máquinas. (CASTRO, 1976, p. 54)..

3- Vale destacar que a referida companhia foi vendida em 1944 para empresários paulistas passando a denomina-se: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Também, não podemos omitir o fato de que apesar dessa ser o principal projeto imobiliário na área, ocorreram outras iniciativas de menor abrangência, como as empreendidas por capitais japoneses designadas “Brazil Tokushoku Kaisha” (Bratac) e a “Nambei Tochikubushiri”, cujas deram origem as cidades de Assaí e Uraí. Para mais informações a esse respeito consultar Padis (1981).

4- Trata-se da terra roxa decorrente da decomposição do basalto, a qual em geral é altamente fértil

O modelo inglês de colonização, precedido pelos investimentos nas linhas férreas, encontrou apoio no modelo desenvolvimentista-industrial inaugurado por Getúlio Vargas; assim, os investimentos diretos estrangeiros foram considerados de suma importância para os projetos do Estado brasileiro, os quais naquele momento era o povoamento de todo território nacional, o fortalecimento do mercado interno e do consumo interno, o desenvolvimento da indústria nacional e a necessidade de colocar o país novamente no mercado internacional, já que com a quebra da Bolsa de Valores de 1929 a economia brasileira muito se fragilizou.

Os investimentos estrangeiros diretos proporcionaram a reorganização do território nacional, fazendo com que o mesmo ficasse “refém” dos ditames internacionais. O Brasil como país agro-exportador com estrutura industrial precária, até a década de 1950, foi organizado a partir das necessidades impositivas dos investimentos externos, esse cenário somente foi possível com o aval da classe dominante brasileira, formada majoritariamente por conservadores, uma vez que tais investimentos reforçariam a manutenção do status quo e permitiram ganhos consideráveis para os mesmos.

Deste modo, frisamos os investimentos realizados no Novo Norte do Paraná a partir de 1930 pelos ingleses da Parana Plantation, resultado das transformações da Brazil Plantation Syndicate Ltda, no Brasil sua subsidiária era a CTNP. No período que abrange de 1925 a 1927 os investidores estrangeiros ingleses adquiriram do governo do Estado do Paraná aproximadamente treze mil quilômetros quadrados de terras, sendo nesta área fundadas Londrina e Maringá, como principais municípios, seguidos de Apucarana, Arapongas, Cianorte, Jataizinho, Jaguapitã, Nova Esperança, Paranavaí, dentre outros.

Os ingleses objetivavam desenvolver na região Norte do Paraná complexos comerciais e agrícolas que beneficiassem diretamente os interesses dos investidores e a própria Inglaterra. Para isso o loteamento do Novo Norte seguiu a lógica do planejamento inglês, que objetiva constituir uma rede de comércio e consumidores, para isso era de vital importância o desenvolvimento de uma logística eficiente e, sobretudo, de núcleos urbanos; assim, segundo Bortolotti (2007, p. 61): “A estratégia do planejamento inglês consistia na construção da ferrovia aliada à subdivisão de pequenos lotes rurais e a implantação de núcleos urbanos de apoio equidistantes uns aos outros, para abastecimento e prestação de serviços.”

A lógica planejadora apoiada na ética aquisitiva organizou o Novo Norte para a exploração das terras rurais e urbanas, portanto, a formação de um complexo comercial e produtivo permitiu que os retornos dos investimentos fossem processados em curto prazo. Já que os investimentos diretos deram respostas quase que imediatas, principalmente o setor ferroviário, a cotonicultura, o comércio de terras, o complexo comercial e as atividades de incorporação urbana e a cafeicultura. Assim, os investidores estrangeiros e a elite nacional fortaleceram seus ganhos consideravelmente garantindo logística adequada, produção satisfatória, comércio adequado e acima de tudo mão-de-obra “farta e barata”.

A organização espacial do Novo Norte proporcionou o desenvolvimento de uma identidade regional, que por sua vez passou a ser compreendida e identificada pelas paisagens “típicas” resultantes destas transformações, portanto, o Novo Norte foi “construído”, a região passou a ser identificada pelas características impositivas do capital investido.

Se o capital estrangeiro investiu sabendo dos lucros, o capital nacional paulista também investiu pesadamente, adquiriu enormes áreas de matas nativas e formou fazendas bem estruturadas de café. Assim, as paisagens do Novo Norte eram formadas por pequenos proprietários de terras, que cumpriam o papel de mão-de-obra e dinamizavam a economia local. As vilas rurais a partir de 1995 tiveram como objetivo principal a repercussão deste dinamismo, ou seja, a subtração da população flutuante de origem rural nas áreas urbanas e a fixação na zona rural em lotes que possibilitassem rendimentos para a sobrevivência e ao mesmo tempo em que promovessem a produção de produtos agrícolas trabalhados com

ferramentas de pequena monta e comercializados localmente, sem abandonarem a profissão de trabalhadores temporários nas grandes propriedades rurais, ou seja, mantém a mão-de-obra com baixo custo, distanciam esses trabalhadores do urbano impedindo os mesmos de se associarem com outros e se fortalecerem politicamente.

Historicamente apesar de todos os investimentos estrangeiros a economia do Novo Norte paranaense continuou atrasada quanto ao desenvolvimento amplo da região, já que a relação entre a produção, capital e mais-valia continuou na mesma proporção, ou seja, os investimentos objetivavam o retorno de lucros aos países investidores, principalmente a Inglaterra, e sistematizaram a economia local sem impactar de fato o cotidiano das classes trabalhadoras, muito ao contrário firmaram a continuidade do modelo dualista brasileiro forjado pelos pactos de poder. No tempo presente esse distanciamento continua e os municípios da região dependem ainda muito da produção agrícola vinculada ao mercado internacional. As vilas rurais são, portanto, nesta lógica, “reservas” de mão-de-obra. O Estado organizou a produção quase em sua totalidade, até mesmo a mão-de-obra foi dimensionada espacialmente.

Neste sentido, a constituição da região não subtraiu e nem reforçou as diferenças sociais e econômicas, pois a mesma proporcionou a manutenção do atraso e das injustiças para as classes trabalhadoras, manteve a elite conservadora com “ares” de modernidade ao proporcionarem a formação de núcleos urbanos, o desenvolvimento de logística comercial, a utilização de novas técnicas e tecnologias na lavoura e a introdução do processo de industrialização. Ao mesmo tempo em que promoveu ideologicamente “boas ações” ao proporcionar aos trabalhadores rurais o “retorno” ao campo.

Neste sentido, concordamos com Moro (2000) ao afirmar que esta porção do Paraná passou a partir da década de 1970 por um processo de Modernização Agrícola, a seu ver foi parcial, conservadora e dolorosa ao passo em que além de não romper com a concentração fundiária existente ainda contribuiu para a despossessão dos trabalhadores. O mesmo afirmamos quanto as vilas rurais, já que são “depósitos” de trabalhadores que vivem em condições precárias, com rendimentos limitados e acabam por auto-explorem-se para tirar o mínimo excedente (quando se tem) do lote.

Para Silva (1996, p.30) a modernização da agricultura “consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial”, a qual rebate diretamente sobre a mão-de-obra ocupada no campo que passa de uma subordinação indireta para uma subordinação direta do trabalho ao capital dado que estreita-se “a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho.” (p.34).

Historicamente este cenário é marcado pela crise do café oriundo da superprodução no plano nacional, especialmente a partir de 1950, o que levou na década seguinte a uma política de desestímulo a produção desta cultura através do programa de racionalização da cafeicultura denominado Gerca - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura⁵. Por sinal a partir de então é promovido no Paraná o incentivo em um primeiro momento das pastagens e; posteriormente, da produção de soja e trigo que passou a dominar a paisagem rural.

Apesar de serem características da modernização da agricultura a crescente “[...] mecanização, eletrificação, irrigação, conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos [...]” (MORO, 2000, p.30), isto de fato não correu de forma homogênea no espaço em questão, excluindo parcela substancial dos pequenos e médios produtores rurais descapitalizados que foram “lançados” para os centros urbanos e, desde 1995, o governo do Paraná busca reorganizar parte destes trabalhadores limitando-os geograficamente e politicamente nas vilas rurais.

Neste contexto temos um processo duplamente negativo aos trabalhadores que ao mesmo tempo em que passaram a ser liberados dos espaços rurais em decorrente da erradicação dos cafezais, foram expulsos pela mecanização das atividades agrícolas, a qual

5- Para melhor dimensionar esse aspecto basta atentarmos para o fato de que entre 1970 e 1985, as lavouras permanentes, especialmente o café, foram reduzidas em aproximadamente 59%. (MORO, 2000).

foi responsável por liberar elevado contingente de trabalhadores que passam a vislumbrar nas cidades sua sobrevivência e são deste modo levados a subempregos, empregos informais, empregos temporários e como atividade principal de parte destes trabalhadores tornam-se volantes (bóias-frias), ou seja, a relação com o rural continua sob orientações identitárias diferentes e com as condições de emprego ainda degradantes.

Ideologicamente diante desse cenário mais geral caracterizado pela ampliação das dificuldades em ordenar as condições sócio-econômicas da população que é priorizado o estabelecimento de políticas públicas pelo Estado para “beneficiar” as famílias que estavam nas “raias da exclusão”, possibilitando as mesmas ainda que indiretamente estiverem aptas às necessidades imanentes ao processo produtivo local baseado em uma nova conjuntura espacial.

As vilas rurais, portanto, são criadas para a contenção de trabalhadores volantes subtraindo os mesmos das periferias das cidades paranaenses, delimitando as ações e organizações destes sob os auspícios das necessidades do mercado internacional. Esses trabalhadores contidos nas vilas rurais são resultados do processo perverso de organização do Novo Norte, pois o mesmo nas suas origens foi agrário-exportador e assim permanece em boa medida. Deste modo, não se pode “desfazer” de toda identidade rural promovida pelos trabalhadores, ou seja, a perpetuação de valores rurais e modos de vida ruralizados impõem a esses sujeitos a dependência formal com essa divisão e função do trabalho. Ser do campo, ser rural, ser da roça, portanto, tem efeitos significativos na constituição simbólica destes trabalhadores; assim, mantê-los cativos depende, sobretudo, das promoções ideologizadas por caminhos que não tenham alternativas. Não afirmamos que a solução é o urbano (longe disso), apenas demonstramos a necessidade em fomentar valores ideológicos que condicionam, até quando for necessário para o capital e para o Estado, sujeitá-los a esse modo de vida vinculado a produção agrário-exportadora. Diante disso, apresentamos as particularidades das vilas rurais no Novo Norte do Paraná.

As vilas rurais: herança conservadora

*acordei e me olhei no espelho
ainda a tempo de ver
meu sonho virar pesadelo*

Paulo Leminski, poeta paranaense

As Vilas Rurais correspondem a um projeto encabeçado pelo Governador Jayme Lerner e compactado por diversas organizações estaduais como a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR)⁶, como parte do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, criado em 1995 com o objetivo de “solucionar” a saída crescente da população do campo rumo aos centros urbanos.

Isto se justifica na medida em que de acordo com Cavalcanti (2009, p.83), “em 1995, a zona rural e a agropecuária do Estado do Paraná caminhavam para a decadência” visto que “aproximadamente 20% de seus moradores (1.800.000 pessoas) não ganhavam o suficiente para sobreviver e não tinham oportunidade de trabalho”.

O Programa atingiu 273 municípios de um total de 399 e resultou em 412 Vilas Rurais, que abrigam mais de 80 mil pessoas (CAVALCANTI: 2009), sendo que conforme pudemos verificar em Pitangueiras há municípios que receberam mais de um projeto de vila enquanto outros não o acataram.

Sendo de iniciativa do poder político municipal as Vilas Rurais dependiam diretamente do alinhamento político estadual, o que supõe a existência de conflitos partidários e de identificação entre as partes envolvidas, podendo isto expressar a maior ou menor adesão ao

6- São Parceiros ainda: Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP).

projeto.

Vale destacar que em 2001 segundo Dores e Asari (2001) tínhamos no Paraná 15.436 famílias beneficiadas de um total de 398 Vilas Rurais implantadas e em fase de implantação o que nos permite dizer que a maior parte dos projetos foram efetivados já nos primeiros anos de existência.

Neste sentido, buscamos empiricamente compreender as vilas rurais por meio do município de Pitangueiras localizado no norte paranaense o qual teve a implantação do projeto vilas rurais recebendo as seguintes vilas: Antonio Pinguelli, em julho de 1996, a qual congrega 23 famílias; Manoel Garcia Espinosa, efetivada em junho de 1998 e que envolve 19 famílias e a mais recente, denominada Ernesto Sgorlon, de setembro de 2002, com 42 famílias.

Neste contexto é importante destacar uma especificidade de Pitangueiras: trata-se um município com reduzida população, não ultrapassando segundo o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – o número de 2.822 habitantes, emancipado em 1991 do município de Rolândia. Nessa empreitada do projeto das Vilas Rurais o município entrou com as terras enquanto a construção das casas foi efetivada pelo Governo estadual. Eis aqui um problema crucial: inúmeras Vilas Rurais foram estruturadas em áreas distantes do núcleo urbano, revelando-se como um impedimento, pois, conforme demonstra alguns estudos⁷, além da questão da acessibilidade dificultavam ainda para o sucesso a falta de infra-estrutura básica para atendimento da população, como por exemplo, em relação ao atendimento médico e escolar.

7- A esse respeito ver: Asari; Muniz e Rosa (2002), que elucidam o caso da Vila Rural Belmiro Golvea, em São Sebastião da Amoreira/PR.

Os lotes por sua vez apresentam dimensão reduzida, não ultrapassando 5.100 m². Nesse caso é importante destacar que embora cada vileiro possua liberdade para desenvolver determinadas atividades produtivas indistintamente possuem em seu lote uma área de pomar, a qual foi concebida pelos gestores como fonte de alimentos como por si só fosse suficiente para atacar de frente o problema do abastecimento familiar.

Conforme diagnosticamos em Pitangueiras, para o recebimento do lote foram estabelecidos alguns critérios que visavam adequar a demanda dos habitantes pelas áreas são eles: residir no município há pelo menos 2 anos, possuir perfil para atividade rural, não ter imóvel em seu nome.

Fica claro a partir dessas informações a preocupação por parte do Governo estadual e municipal promoverem a desmobilização dos movimentos sociais de luta pela terra, o que pode ser apreendido pelo fato de ser uma das exigências para o recebimento do lote que o interessado resida na área há pelo menos 2 anos. Isto se justifica ao passo em que uma das características desses movimentos que reivindicam a posse da terra é justamente a sua fluidez pelo território.

Nesse sentido é válido destacar que o período em que foi desenvolvido o Programa Vilas Rurais (1995) coincide no plano nacional com o processo de recrudescimento dos movimentos de luta pela terra a partir de ações concatenadas de ocupação de áreas destinadas à Reforma Agrária.

Conforme Asari e Ponte (2001) o Governo do Paraná objetiva ao fomentar as Vilas Rurais justamente ocultar a necessidade de se promover nesse Estado a Reforma Agrária, dado que a distribuição de lotes por si só resolveriam a péssima distribuição de terras existentes.

É importante ressaltar também que as Vilas Rurais não se enquadram como uma típica propriedade rural ao passo em que não atingem o módulo rural mínimo no Estado do Paraná que é de 20 mil metros quadrados, o que implica diretamente na possibilidade de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) sobre tais áreas em contraposição ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), sendo, pois foco de polêmica. Assim, a referida cobrança de IPTU, muito provavelmente, será realizada quando oportunizar necessidades políticas voltadas para o enfraquecimento dessas e como

desestímulos a esse modo de vida, todavia, isso depende das relações e articulações escalares da produção agrário-exportadora e do papel dado a esses vileiros na divisão do trabalho.

O Estado operacionaliza a identidade dessas vilas ao permitir o comércio, a troca, entre os que são iguais no modo de vida perfilado de forma oficial. Ficou evidenciado que existe a comercialização de lotes nas Vilas Rurais visitadas o que está relacionado especialmente a casos de separação de casais e conseqüente venda para terceiros. Assim dos 84 lotes originais 20 foram vendidos. Nesse sentido os mutuários podem fazer a permuta entre si ou mesmo com imóveis urbanos populares, desde que os seus proprietários possuam uma “identidade rural”. De fato, entendemos que isto foi uma forma encontrada pelos gestores locais em controlar a venda ou o abandono dos lotes pelos moradores haja vista que possibilita maior flexibilidade. Como construção de uma obrigatoriedade para a reserva de trabalhadores vinculados às exigências do capital internacional o qual pressiona a produção interna.

Averiguamos em Pitangueiras, devido à própria extensão dos lotes, que existe a predominância de algumas atividades, destacando-se principalmente o café que esta presente em 25 lotes e configura-se como uma verdadeira herança de um período áureo para inúmeros produtores, seguido da palmeira real encontrada em 11 lotes⁸. Por sua vez o bicho da seda e a avicultura de corte foram encontrados em 4 lotes cada. Em menor proporção, temos ainda: pecuária leiteira, agroindústria de Pães e indústria de confecções. Vê-se nesse caso a necessidade de ampliarmos nosso foco de compreensão a respeito do campo, dado que as atividades agrícolas tradicionais já não são suficientes para explicar a dinâmica envolta a geração de emprego e renda em tais espaços⁹.

Nesse aspecto, como questão pontual é interessante chamar atenção para o fato de os vínculos entre Cidade-Campo serem bastante tênues, na medida em que ocorre um embricamento de atividades e serviços entre o espaço rural e urbano, diferentemente de outros momentos históricos onde havia uma clara distinção entre tais esferas¹⁰. Logo, devemos concordar com Andrade (1995, p.09), que afirma: “Os contrastes entre o campo e a cidade vêm desaparecendo [...], o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo.” Todavia, a identidade rural nessas vilas precisa ser mantida para efeito de anulação das vontades destes retornarem para as periferias dos centros urbanos.

A título de exemplo é importante chamar a atenção do caso do lote visitado do Sr. A. T., o qual tem por atividade principal a avicultura de corte além da própria lavoura de café. Este sujeito era um lavrador, percenteiro de café, beneficiado pelo programa na Vila Antonio Pinguelli. Segundo pudemos apurar no local o referido vileiro conseguiu através de uma das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), financiamento de R\$25 mil reais o que possibilitou ao mesmo adquirir um aviário usado, no qual inicialmente criava 8 mil frangos, possibilitando auferir renda mensal de cerca de R\$1.500,00 mensais. Embora, o vileiro alegue que sua condição de vida tenha melhorado significativamente após o seu ingresso no Programa Vilas Rurais, não podemos desvincular disso a sua situação atual de dependência em relação à empresa abatedora. Ou seja, conforme verificou-se o avicultor fica à mercê das prerrogativas da empresa, pois tem que confiar no peso da ração enviada pela empresa, da quantidade de pintainhos recebidos, etc. sem contar que as exigências são crescentes em relação aos cuidados necessários com as condições de produção em geral do aviário, na contramão aos preços pagos pelas aves, que mal paga os custos de produção propiciando uma margem de lucro reduzida¹¹. Aqui se tem outro momento das exigências do Estado e do capital, ou seja, quando os vileiros tornam-se “produtores” e dependentes de cadeias produtivas; assim, os vileiros são direcionados para a dependência a partir de suas identidades e pela prática cotidiana do trabalho.

Como se não bastasse é fato que dado as dimensões do lote ser exígua limitando as atividades a serem realizadas, os membros da família acabam por buscar emprego fora do local de moradia. Especialmente nessa situação, vimos que a reprodução da família está condicionada

8- Conforme pudemos apurar no local outras iniciativas foram aplicadas nas Vilas Rurais em questão, a exemplo da cultura de figo e de maracujá, as quais atingiram 15 e 16 vileiros respectivamente, sem contudo prosperar. Diante disso, foi elaborado através de parceria entre os técnicos da Emater e Prefeitura Municipal diagnóstico rural para avaliar as reais potencialidades existentes, de tal forma que auxiliasse a demanda dos produtores.

9- A esse respeito ver ainda: Teixeira e Lages (1997).

10- Conforme: Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986).

11- Segundo nos informou o produtor, gira em torno de 30 centavos por cabeça, valor esse alcançado após 45 a 49 dias, a depender do contrato estabelecido entre as partes.

ao trabalho da mulher fora do ambiente domiciliar, como forma de complementação da renda global, o marido buscando novas alternativas de renda e os filhos no mesmo caminho.

Contudo isto só é possível de se concretizar dado as condições em que se efetivaram as Vilas Rurais em Pitangueiras, qual seja, próximo ao núcleo urbano, todavia conforme já se observou este não tem sido via de regra o que acontece em outras áreas do Estado.

Neste sentido, retomamos a questão essencial no Programa Vilas Rural que está vinculada ao seu caráter de bolsão de trabalhadores disponíveis às necessidades do capital local articulado as necessidades do mercado nacional e internacional. Nesse caso não se coloca em relevo o atendimento da necessária qualidade de vida.

Como se não fosse suficiente por si só a disponibilidade de mão-de-obra decorrente das Vilas Rurais, em Pitangueiras, existe ainda um mecanismo sofisticado de agenciamento de mão-de-obra, denominado “Terminal do Trabalhador”. Este local congrega em torno de 200 volantes diariamente. O poder público, tendo em vista garantir a permanência desse local e, sobretudo garantir o bem-estar dos trabalhadores, mantém de segunda à sábado um café da manhã. Temos nesse sentido o efetivo interesse por parte da elite dominante de garantir o exercício do controle social sobre estes trabalhadores os quais são completamente destituídos de alternativas transformadoras.

Nesse caso, no tocante especificamente a mão-de-obra, concordamos com Asari; Muniz e Rosa (2002) que destacam que “na verdade, o Programa visa sua manutenção e reprodução como trabalhador assalariado, porém, mesmo para tanto, não oferece as condições necessárias, sujeitando-o à insegurança do trabalho temporário ou sazonal”.

A perpetuação da condição de opressão da elite conservadora nacional para com os trabalhadores rurais é ideologicamente combinada com discursos manipuladores que apresentam a “nova” organização camponesa como algo revolucionário, já que “doa” terra e proporciona outros significados para as vidas dos trabalhadores, pois os liga a terra, como se somente isso bastasse para subtrair séculos de exploração e manipulação da burguesia nacional.

As palavras inclusão, retorno às origens, identidade camponesa, são de fato, utilizadas na produção de um discurso manipulador que midiaticamente impõe à população em geral a crença nas Vilas Rurais como algo extraordinário, que proporciona aos moradores inúmeros benefícios.

A contradição deste discurso construído ideologicamente liga-se a condição de classe que permanece, a submissão às vontades do capital não são subtraídas e a dependência do circuito produtivo é contínua. Enfim, os trabalhadores não possuem autonomia, como garante o projeto das Vilas Rurais, já que sua permanência nas atividades rurais depende de empréstimos e, principalmente, de participar como fornecedor de matéria-prima no circuito produtivo.

Diante disso, entendemos que as políticas neoliberais materializaram-se na formação das Vilas Rurais, ao imporem aos vileiros dependência forçada quanto ao setor produtivo privado e aos sistemas de créditos. A mesma lógica colonizadora ainda é mantida e os trabalhadores são ainda lançados na direção das necessidades do capitalismo, justificados por uma ética excludente, por uma ética aquisitiva.

Considerações finais

Isso de ser exatamente o que se é ainda vai nos levar além

Paulo Leminski, poeta paranaense

A formação da região do Novo Norte do Paraná não ocorreu de forma espontânea ou mesma foi formada a partir da coragem de pioneiros, como prega a história oficial de

inúmeros municípios que a compõe, trata-se de um processo de investimentos estrangeiros e de expansão dos negócios da classe dominante paulista em associação com a classe dominante paranaense.

De fato, ocorreu a formação de uma região a partir dos interesses do capitalismo nacional conservador e do capitalismo estrangeiro, cujos interesses em alguns momentos se chocaram, porém o Estado intermediou tais conflitos proporcionando a adequação necessária para que todos os grupos econômicos e políticos envolvidos tivessem substanciais retornos.

Historicamente a região é marcada por uma lógica perversa que resulta na centralidade da acumulação capitalista para uma minoria, enquanto que a maioria não desfruta de tais resultados. O processo histórico das transformações espaciais em todo território nacional é marcado por uma ética, chamada por Thompson (2001), aquisitiva, isto é, a transformação espacial que beneficiou e beneficia apenas uma minoria é compreendida como correta, como ética, mesmo que a maioria da população viva em condições materiais precárias.

As transformações espaciais do Norte Central ou Novo Norte foram marcadas por esta lógica justificada por esta ética aquisitiva. O “surgimento” da região foi planejado em conformidade aos interesses dos investidores capitalistas; assim, a população em geral nunca teve qualquer participação direta no projeto colonizador (preferimos até explorador) desta região. Quando a população se revoltou, como a Guerra de Porecatu, foi logo silenciada pela força do Estado e dos setores produtivos.

Diante disso, entendemos que o Programa Vilas Rurais é marcadamente o resultado de um jogo de interesses existentes entre diferentes atores sociais, do campo e da cidade, sob a égide do Estado, comprometidos com a manutenção da ordem estabelecida.

As Vilas Rurais são incontestavelmente um projeto de mão-dupla, arquitetado com o suposto fim de beneficiar os trabalhadores, mas que em seu âmago pretendia garantir um verdadeiro exército de reserva disponível as demandas dos produtores rurais ao mesmo tempo em que proporciona o esvaziamento das periferias urbanas.

Concordamos com Asari e Ponte (2001, p.172), quando destacam que as Vilas Rurais “é mais uma alternativa para tentar eliminar os problemas causados pelo afluxo da população aos centros urbanos, proporcionando habitação e não condições de sobrevivência para as famílias de trabalhadores rurais em seu próprio lote”.

Apesar da imprescindibilidade de se pensar em políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas específicas da população, tais como as de habitação, saúde, educação, etc., faz-se necessário buscar um desenvolvimento sob enfoque territorial, na perspectiva de Favareto (2006), o qual contemple ações intersetoriais e intermunicipais, de tal forma que atenda ao conjunto dos interesses da população, particularmente daqueles que apostam na possibilidade de vida digna no campo.

Portanto, as Vilas Rurais refletem os anseios e interesses da ala dominante paranaense que insiste em controlar e manipular a população ao seu bel prazer sem, no entanto lhes oferecer alternativas que contemple suas reais necessidades.

Desta forma, esses espaços não viabilizam possibilidades autônomas de desenvolvimento social e econômico para tais sujeitos, homens e mulheres, que continuaram no raio de dependência do Estado e dos setores produtivos, enfim, toda uma região pensada e organizada sob os auspícios de uma ética que tem como centralidade a aquisição de terras, de bens e de lucros para uma minoria insignificante (demograficamente), enquanto a maioria depende dos jogos de cartas marcadas das elites regionais, nacionais e internacionais.

Referências

ANDRADE, M. C. Geografia Rural: Questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, 25 (49-50), 1995. p.03-14.

- ASARI, A. Y.; MUNIZ, H. M. C.; ROSA, M. D. Programa Vilas Rurais: Política pública de fixação dos trabalhadores no campo? **Geografia**, Londrina, v.11, n°1, jan./jun. 2002. p.105-121.
- ASARI, A. Y.; PONTE, K. F. Programa Vilas Rurais: Retorno do trabalhador rural ao campo? **Geografia**: Londrina, v.10, n°2, jul./dez.2001. p. 163-173.
- BORTOLOTTI, J. B. **Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2007
- CASTRO, A. C. **As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913**. Campinas: Unicamp – Economia, 1976. (dissertação de mestrado).
- DORES, J. L. P.; ASARI, A. Y.; A atuação governamental e o processo de migração interna: O caso da Vila Rural da Paz – Rolândia (PR). **Geografia**: Londrina, v.10, n°2, jul./dez.2001. p. 195-210.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. (Tese de Doutorado). São Paulo:Procam/USP, 2006.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORO, D. A. A modernização da agricultura Paranaense. In.: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia/UEM, 2000.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v.10, n°1, jan./jun. 2001. p. 89-118.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- PONTE, K. F. Reflexões sobre o programa Vila Rural a partir de algumas idéias propostas por Ignácio Rangel. **Geografia**, v.11, n°2, jul./dez. 2002. p.209-218.
- SANTOS, C. R.; MOLINA, A. H. “**Terra fértil, ouro verde**”. **Os folhetos de propaganda da CTNP**. Londrina – 1930-1950. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais/CristinaRSantos.pdf>>. Acessado em 15/03/2011.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1985.
- SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In.: MARTINS, J. de S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.
- TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: Idéias para discussão. **Revista Geografia**, São Paulo, v.14, 1997. p.09-33.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001

Correspondência:

José Roberto Nunes de Azevedo - Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional - Presidente Prudente - SP. CEP: 19060-900.

E-mail: jrna1982@hotmail.com.

Recebido em 28 de março de 2012.

Avaliado em 16 de julho de 2012

Revisado pelo autor em 06 de dezembro de 2012.

Aceito para publicação em 06 de dezembro de 2012.